

Efeito inflacionário nos estoques de *commodities*: análise a partir da Teoria do Custo Corrente Corrigido

Recebimento dos originais: 30/08/2012
Aceitação para publicação: 20/11/2012

Maria Aparecida do Nascimento Cavalcanti

Mestranda do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis – UnB/UFPB/UFRN.

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Endereço: Rua Jonaldo M. de Oliveira, 97, Sta. Tereza, Parnamirim/RN.

CEP: 59.145-400

E-mail: aparecidacavalcanti@uol.com.br

Helem Mara Confessor Ferreira

Mestranda do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis – UnB/UFPB/UFRN.

Instituição: Universidade Federal da Paraíba.

Endereço: Rua Campo Santo, 45, Centro, Santa Cruz/RN.

CEP: 59.200-000.

E-mail: helemmaracf@hotmail.com

Aneide Oliveira Araujo

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Endereço: Av. Sen. Salgado Filho, s/n, Campus Universitário, Sala 8, CCSA (térreo), Natal/RN.

CEP: 59.076-000.

E-mail: aneide@ufrnet.br

José Dionísio Gomes da Silva

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP.

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Endereço: Av. Sen. Salgado Filho, s/n, Campus Universitário, CCSA, Natal/RN – CEP: 59.076-000.

E-mail: dionisio@ufrnet.br

Adilson de Lima Tavares

Doutor em Ciências Contábeis pelo Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN.

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Endereço: Av. Sen. Salgado Filho, s/n, Campus Universitário, CCSA, Natal/RN.

CEP: 59.076-000.

E-mail: adilson.tavares@uol.com.br

Resumo

Sob a ótica da teoria do custo corrente corrigido, este estudo tem por objetivo analisar os efeitos inflacionários sobre os estoques de *commodities* (açúcar e etanol), apurando-se as variações no

custo dos estoques (economias ou deseconomia) de uma das maiores empresas produtoras e processadoras desse segmento. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, em que se adotou o método de estudo de caso. Foram analisadas as diferenças entre os valores dos estoques apurados pelo custo histórico, que são os apresentados nas demonstrações contábeis, e os valores obtidos por meio dos métodos: custo histórico corrigido, custo corrente e custo corrente corrigido. Após a análise, verificou-se que a companhia obteve economias no custo de seus estoques de açúcar (nos dois anos analisados) e de etanol (somente no ano de 2011), tendo sido apurado uma deseconomia no exercício de 2010. Destarte, a atualização das demonstrações contábeis a custo corrente corrigido apresenta-se como uma ferramenta capaz de enriquecer as informações geradas pela contabilidade.

Palavras-chave: *Commodities*. Custo corrente corrigido. Inflação.

1. Introdução

A contabilidade tem a tríade *reconhecimento, mensuração e evidenciação* como base para cumprir seu objetivo, qual seja o de prover informações para que os usuários possam avaliar econômica e financeiramente uma entidade, dando-lhes capacidade de fazer inferências acerca das tendências e embasar suas decisões. No entanto, como uma ciência social, está sujeita aos fenômenos que cercam os indivíduos e influenciam as sociedades, políticas e economias, sendo, dessa forma, sujeita a mudanças sem, contudo, prejudicar o objetivo de bem informar. Para tanto, procura se adaptar a novos contextos, de forma a evidenciar a realidade das empresas, caracterizando o dinamismo dessa ciência.

Os mercados aos quais a contabilidade é grande fomentadora de informações, sofrem com a volatilidade de preços, o que se traduz como um desafio a essa ciência. A intensidade das variações econômicas dificulta a representação tempestiva da realidade das empresas, no entanto, a contabilidade vem oferecendo informações cada vez mais amplas, objetivas e transparentes aos seus usuários.

A necessidade de se apresentar informações mais próximas da realidade faz com que a contabilidade se utilize de mecanismos para que seus relatórios financeiros evidenciem, de forma mais fidedigna possível, os valores a que se propõem.

Do ponto de vista da mensuração, a contabilidade depara-se com uma série de possibilidades de medidas de seus ativos, podendo sê-los a valores de entrada, expressos em função de custos históricos, custos históricos corrigidos, custos correntes, custos correntes corrigidos, ou valores de saída, os quais são demonstrados a partir de: preços correntes de saída ou valor realizável líquido, valor de liquidação, equivalentes correntes de caixa e valores descontados de entradas de caixa futuro (fluxo de caixa descontado), nos quais, tais critérios são definidos de acordo com a necessidade de cada usuário. (MARTINS, 2001; *e.g.*).

Para fins gerenciais, os valores de entrada, como o custo corrente ou custo de reposição, figuram como sendo os mais importantes, pois eles refletem os custos de produção, sob condições correntes de preços e tecnologias que, em outras palavras, são os valores praticados no mercado em determinado momento. Para Hendriksen e Van Breda (1999, p. 309), “o custo corrente tem se transformado em uma base mais importante de avaliação na contabilidade, particularmente para a apresentação de informações a respeito do efeito da inflação sobre a empresa”.

Considerando a possibilidade de serem apresentadas demonstrações mais completas, capazes de influenciar na tomada de decisão, surgiu o seguinte problema de pesquisa: há variação entre os valores divulgados nas demonstrações financeiras dos estoques de *commodities* de uma companhia e os valores mensurados a custo corrente corrigido?

Assim sendo, este estudo tem por objetivo apresentar as variações ocorridas nos estoques de *commodities* de uma empresa com ações na BM&FBovespa, analisando o incremento ocorrido na utilidade da informação contábil com a utilização do custo corrente corrigido.

A relevância atribuída a este estudo dá-se em função da materialidade da informação gerada a partir da atualização das demonstrações contábeis em moeda de poder aquisitivo constante. Embora, legalmente dispensadas dessa correção, as empresas poderão utilizar-se dessa ferramenta como forma de melhorar o embasamento de suas decisões, visto que estudos mostram que há divergências entre as informações contábeis publicadas baseadas no custo histórico e as que se utilizam do custo corrente corrigido.

A seguir, apresentar-se-á o referencial teórico que engloba os estudos recentes acerca do tema abordado, o histórico da inflação no Brasil, mensuração a preço de entrada e de saída, conceituação de *commodities* e, encerrando esse tópico, uma discussão sobre qualidade da informação. Na sequência, são apresentados o procedimento metodológico, a análise dos resultados e as considerações finais da pesquisa.

2. Referencial Teórico

2.1. Histórico inflacionário no Brasil

O ambiente inflacionário ao qual o Brasil esteve exposto durante longo tempo, cujo ápice se deu na década de 80, inseriu mudanças na legislação fazendo com que a contabilidade se aproximasse mais da realidade vivida naqueles momentos. A inflação registrada à época alcançou altos níveis, atingindo valores superiores a 1.000% ao ano, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas. No entanto, a missão de reportar essas informações nas

Efeito inflacionário nos estoques de *commodities*: análise a partir da Teoria do Custo Corrente Corrigido 108
Cavalcanti, M.A. do N; Ferreira, H.M.C; Araujo, A.O; Silva, J.D.G. da; Tavares, A. de L.
demonstrações contábeis esbarrava em implicações legais, fazendo com que a real desvalorização da moeda não fosse representada naquele momento, o que poderia resultar em informações inverídicas, contrariando o objetivo da contabilidade de fornecer informações úteis para a tomada de decisão.

A Lei 6.404/76 inseriu a chamada Correção Monetária de Balanço, onde previa a obrigatoriedade do reconhecimento dos efeitos da inflação nas demonstrações contábeis. Diante desse reconhecimento, grupos como “ativo permanente” e “patrimônio líquido”, e por consequência “o lucro”, eram apresentados no balanço com valores mais próximos da realidade.

Sucessivamente, o Brasil desenvolveu uma metodologia mais avançada de reconhecimento dos efeitos inflacionários, na qual todos os itens das demonstrações contábeis tinham seus valores corrigidos e expressos em moeda de poder aquisitivo constante. Esse modelo foi denominado de Correção Integral, sendo reconhecido por órgãos como a Organização das Nações Unidas, pela sua qualidade técnica, e pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC), atual *International Accounting Standards Board* (IASB), como o modelo mais avançado de reconhecimento de perdas inflacionárias (NIYAMA; SILVA, 2011; *e.g.*).

Esse modelo de correção integral resolvia dois problemas presentes no método anterior da correção monetária: passava a considerar os estoques ativos não monetários e determinava o valor presente de ativos e passivos que estavam a valor futuro. Sua obrigatoriedade foi direcionada às companhias com ações na Bolsa de Valores e instituída pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através da Instrução nº 64/87, que foi alterada pela Instrução CVM 191/92, a qual instituiu a Unidade Monetária Contábil (UMC).

Para Niyama e Silva (2011, p. 245), a utilização desse método de correção “representou mais do que a mera necessidade de ajuste contábil; pode-se talvez afirmar que a correção integral representou um passo importante na conscientização em relação à importância da qualidade das demonstrações contábeis”. Diante de um cenário de desvalorização da moeda, as informações prestadas pela contabilidade passavam a representar valores mais condizentes com a realidade das empresas.

O Plano de Estabilização Econômica, instituído pela Lei nº 8.880, de 27/05/1994, cuja meta era produzir uma queda da inflação, deu origem a atual moeda, o Real, e fez a inflação reduzir a patamares significativamente baixos. Como consequência dessa estabilidade econômica, a Lei nº 9.249/95 acabou com a obrigatoriedade da correção monetária anteriormente instituída, proibindo-a a partir do exercício de 1996.

Após a proibição do uso da Correção Integral pela Lei 9.249/95, a CVM, através da Instrução nº 248/96, tornou facultativa a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis

Efeito inflacionário nos estoques de *commodities*: análise a partir da Teoria do Custo Corrente Corrigido 109
Cavalcanti, M.A. do N; Ferreira, H.M.C; Araujo, A.O; Silva, J.D.G. da; Tavares, A. de L.
em moeda de poder aquisitivo constante, sendo posteriormente regularizada tal divulgação pelo
Parecer de Orientação CVM nº 29/96.

O sistema de Correção Integral passou então a ser desprezado, sob a alegação que os índices inflacionários estavam suficientemente baixos e, portanto, os efeitos da inflação não seriam relevantes, tornando-se tal correção desnecessária (SCHMIDT *et al.*, 2005).

No entanto, estudiosos no assunto defendem que a contabilidade expressa no sistema de Correção Integral representa uma informação superior, pois apresenta, entre outras informações, as perdas pela capacidade de compra de valores a pagar, a receber, defasagem nos itens não monetários, distorções do lucro, entre outros (MARTINS, 1972; HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; CHOI; MEEK, 2008).

Iudícibus *et al.* (2010, p. 701-702) enfatizam a importância da Correção Integral ao afirmarem que “a institucionalização da correção integral representou sensível avanço da Contabilidade como fonte de informação, propiciando melhor qualidade da mesma, aos diversos usuários” e dizem que o sistema representa o registro de um fato econômico e não apenas um registro escritural, além de lamentarem o retrocesso da legislação “tudo o que se avançou com a Lei nº 6.404/76 foi jogado fora pela Lei nº 9.249/95”.

2.2. Qualidade da informação

De acordo com a Deliberação CVM nº 675/2011, as demonstrações contábeis devem fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral. Para Iudícibus (2010, p. 14), “o objetivo principal da contabilidade (e de outros relatórios dela emanados) é fornecer informação econômica, física, de produtividade e social relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança”.

Para o *International Accounting Standards Board* (IASB), as informações contábeis, para serem úteis aos seus usuários, devem conter determinadas características qualitativas, sendo as principais resumidas no Quadro 1.

A compreensibilidade leva em consideração o grau de conhecimento do usuário acerca dos negócios, da atividade econômica, de contabilidade e disposição para estudar as informações com razoável diligência. No entanto, não poderão ser omitidas informações sob o pretexto de serem de difícil compreensão. O *Financial Accounting Standards Board* (FASB) observa que a inteligibilidade ou compreensibilidade da informação dependem da natureza dos usuários, classificando-os em usuários mais sofisticados e novatos, sendo estes últimos poucos conhecedores das informações.

Quadro 1 – Definição das características qualitativas das demonstrações contábeis

COMPREENSIBILIDADE	Deve ser prontamente entendida, presumindo-se que os usuários tenham um conhecimento razoável dos negócios envolvidos.
RELEVÂNCIA	Quando capaz de influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros ou confirmando/corrigindo suas avaliações anteriores.
CONFIABILIDADE	A informação deve ser confiável, estar livre de erros ou vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que se propõe.
COMPARABILIDADE	As DC's devem ser passíveis de comparação ao longo do tempo, podendo o usuário identificar tendências na posição patrimonial e financeira da empresa e no seu desempenho, bem como confrontar seus resultados com os de outras entidades.

Fonte: adaptado do Pronunciamento Conceitual Básico (R1). Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – CPC.

Para Hendriksen e Van Breda (1999, p. 97), a informação relevante é aquela pertinente à questão analisada, podendo afetar as metas, a compreensão e as decisões da empresa. Pode assumir valor preditivo quando auxilia o usuário, através de resultado de eventos passados ou presentes, aumentando a probabilidade de prever a capacidade que a entidade tem de aproveitar oportunidades ou reagir a situações adversas.

A informação deve representar adequadamente as transações e outros eventos que estejam dentro de sua proposta elucidativa, sendo necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal (CPC, 2011). Nesse contexto, a contabilidade gerencial se propõe a apresentar informações mais próximas da realidade das empresas, livre de amarras legais.

2.3. Mensuração a valores de entrada

Os preços de entrada dos ativos são obtidos no mercado de compra de uma entidade e, para ser base de mensuração, são apresentadas quatro opções: pelo custo histórico, pelo custo histórico corrigido, pelo custo corrente de reposição e pelo custo corrente corrigido. O Quadro 2 apresenta, resumidamente, a definição desses valores baseados em custo de entrada, fundamentado na definição do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (Estrutura Conceitual Básica).

O custo corrente, na definição de Edwards e Bell (1961 *apud* SCHMIDT *et al.*, 2005, p. 65), é o custo de aquisição dos *inputs* que a firma utiliza para produzir o elemento do ativo em avaliação. Essa definição é aceita por Martins (1972 *apud* SCHMIDT *et al.*, 2005, p. 65), porém o autor propõe a substituição do verbo “produzir” pelo verbo “possuir”, pois, segundo ele, “a soma de *inputs* nos leva a situação de diferenciarmos: a) quando a empresa fabricou o

Efeito inflacionário nos estoques de *commodities*: análise a partir da Teoria do Custo Corrente Corrigido 111
 Cavalcanti, M.A. do N; Ferreira, H.M.C; Araujo, A.O; Silva, J.D.G. da; Tavares, A. de L.
 ativo, o seu custo corrente é a soma dos custos correntes dos fatores que entraram na sua produção; b) quando a empresa comprou o ativo é o custo corrente de adquiri-lo”. Sendo, portando, o custo corrente corrigido, o ajustamento do custo corrente por um determinado índice de preço.

Quadro 2 – Características dos custos a valores de entrada

(continua)

CUSTO HISTÓRICO	Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa, ou equivalentes de caixa, ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição, podendo ou não serem atualizados pela variação na capacidade geral de compra da moeda.
CUSTO HISTÓRICO CORRIGIDO	É o custo histórico objeto de uma correção, quer por um coeficiente derivado da variação do índice geral de preços, quer por um derivado da variação de outro índice mais específico, possibilitando a alocação de diversos custos de diferentes datas, em termos de uma moeda de capacidade aquisitiva (geral ou específica) de outra data qualquer.
CUSTO CORRENTE	Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data do balanço.
CUSTO CORRENTE CORRIGIDO	É o custo corrente que sofre ajustamento em função de um índice geral de preços ou de outro índice específico. Considerado o mais indicado para a mensuração de ativos, pois compara os custos correntes de um mesmo ativo entre duas datas ou seu custo corrente com o histórico, considerando a variação da capacidade aquisitiva da moeda.

Fonte: adaptado de Sabadin, Gallon e Grunow (2008).

Embora a legislação brasileira não permita que as demonstrações contábeis fiscais e societárias sejam ajustadas a custo corrente corrigido, tal procedimento pode ser utilizado para fins gerencias. Diante dessa possibilidade de gerenciamento, e por considerar o custo corrente corrigido como um valor relevante, que demonstra a capacidade de reposição dos ativos e, sobretudo, considerando eventuais perdas inflacionárias, esse estudo visa aplicar o conceito de custo corrente corrigido na análise das demonstrações contábeis de uma empresa que opera com ativos do tipo *commodities*.

2.4. Estudos anteriores

O efeito da inflação sobre as demonstrações contábeis já foi discutido em trabalhos como o de Takamatsu e Lamounier (2006), no qual foi abordada a importância da atualização monetária dos valores nas demonstrações contábeis, ressaltando sua importância para fins de análise. Do mesmo modo, Salotti *et al.* (2006) analisaram as consequências de não se considerar o efeito da inflação nas demonstrações contábeis e afirmaram que a falta desse reconhecimento poderia causar distorções na análise da condição patrimonial da empresa, podendo resultar disso conclusões equivocadas por parte dos usuários dessa informação.

Em 2007, Oliveira, Marques, e Canan analisaram os efeitos da correção monetária não reconhecida nas demonstrações contábeis do Serviço Social da Indústria (SESI) para um período de 11 anos. Comparando as demonstrações contábeis corrigidas com as publicadas sem a correção monetária, esses autores concluíram que a não correção dos demonstrativos contábeis acarretou em um impacto nos resultados da entidade. Grupos de contas como Imobilizado e Patrimônio Líquido demonstraram variações significantes, comprometendo os índices financeiros da empresa. Nesse mesmo ano, Klann, Souza e Beuren, tomando por base as demonstrações das empresas Companhia Vale do Rio Doce e Sabesp, referentes ao ano de 2004, concluíram que a falta de reconhecimento da inflação nas Demonstrações Contábeis poderia estar afetando a distribuição de dividendos dessas empresas.

Sabadin, Gallon, Grunow (2008), sob a teoria do custo corrente corrigido, analisaram os valores de estoques de *commodities* de uma cooperativa do estado do Paraná e apuraram diferenças entre o custo histórico, custo histórico corrigido, custo corrente e custo corrente corrigido. Segundo estes autores, o uso do custo corrente corrigido aumenta a utilidade da informação gerada pela contabilidade.

Já em 2011, Andrade, Segantini e Silva fizeram um levantamento nos periódicos da CAPES, no período de 1991 a 2010, a respeito da teoria dos ajustamentos contábeis do lucro. Concluíram que todos os artigos analisados defendiam a seguinte ideia: informações contábeis baseadas apenas no custo histórico não revelam a posição patrimonial real da empresa e que a falta do reconhecimento da variação no nível dos preços pode causar limitações de comunicação, implicando em uma redução da utilidade da informação gerada.

No contexto do custo corrente corrigido, Costa *et al.* (2012), utilizando-se de dados fictícios, analisaram as demonstrações contábeis de uma empresa, buscando evidenciar informações que não são passíveis de visualização quando se utiliza o custo histórico. O objetivo foi analisar se a correção das demonstrações contábeis a custo corrente corrigido dava suporte adicional à tomada de decisão. Concluíram que houve ganho de informação após a correção.

O que se observa sobre os resultados desses estudos é que a prática da atualização das demonstrações contábeis, que em épocas de alta inflação era algo deveras necessário, pode ser associada à contabilidade gerencial, fortalecendo o poder das informações geradas por esse ramo da ciência contábil. E, por serem recorrentes tais resultados, isto pode significar que a utilização desta informação é fundamental.

No entanto, tais conclusões divergem do resultado apresentado por Rezende, Guerreiro e Dalmácio (2012), que, em um recente estudo, analisaram um grupo de 118 empresas, constantes do banco de dados da “Revista Exame – 500 Melhores e Maiores”, as quais apresentaram

Efeito inflacionário nos estoques de *commodities*: análise a partir da Teoria do Custo Corrente Corrigido 113
 Cavalcanti, M.A. do N; Ferreira, H.M.C; Araujo, A.O; Silva, J.D.G. da; Tavares, A. de L.
 demonstrações contábeis corrigidas. Através de questionários e entrevistas, direcionadas aos contadores e gerentes de controladoria, foram analisadas variáveis, constructos e hipóteses sobre as pressões motivadoras do processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária. Os resultados encontrados indicam que fatores como “nível de inflação” e “mudança na legislação” são representativos no processo de desinstitucionalização e, corroborando estudos internacionais, verificaram que o mercado atribui pouca relevância para a informação corrigida.

2.5. *Commodities*

Commodity pode ser definida como um ativo físico que possui características padronizadas, de ampla negociação em diversas localidades, que pode ser transportada e armazenada por um longo período de tempo. (KALDOR, 1939 *apud* PEREIRA, 2009; COPELAND; WESTON, 1988; GEMAN, 2005).

Pode ainda ser definida como um tipo de produto no qual não há diferenças qualitativas entre os mercados onde é negociado, ou seja, entre negócios de um mesmo produto em mercados diferentes não existe preferência, em termos de qualidade, por parte dos compradores do produto (PEREIRA, 2009, p. 26).

As *commodities* ainda se caracterizam por possuírem um mercado ativo forte, são de grande importância econômica internacional, portanto amplamente negociadas entre importadores e exportadores, sendo negociadas na Bolsa, podendo ser objeto dos Derivativos. A classificação das *commodities* feita pela BM&FBovespa está demonstrada no Quadro 3.

Quadro 3 – Classificação das *commodities* pela BM&FBovespa

MERCADO PRIMÁRIO	<i>Commodities</i> agrícolas	soja, suco de laranja congelado, trigo, algodão, borracha, café, etc.
MERCADO SECUNDÁRIO	<i>Commodities</i> minerais	minério de ferro, alumínio, petróleo, ouro, níquel, prata, etc.
MERCADO TERCIÁRIO	<i>Commodities</i> financeiras	moedas negociadas em vários mercados, títulos públicos, etc.

Fonte: elaboração dos autores.

De acordo com Geman (2005), o termo *commodity* pode ser atribuído a um bem de consumo cuja escassez, na forma de exaustão na extração, ou na redução de estoques globais, causará um impacto no preço em âmbito mundial. A autora define ainda que, dadas as

Efeito inflacionário nos estoques de *commodities*: análise a partir da Teoria do Custo Corrente Corrigido 114
Cavalcanti, M.A. do N; Ferreira, H.M.C; Araujo, A.O; Silva, J.D.G. da; Tavares, A. de L.
volatilidades das diferentes moedas no mundo, uma *commodity* terá o mesmo valor em termos relativos, nas diferentes moedas, podendo ser utilizada como referência de valor.

Outra característica inerente à terminologia se dá pelo fato desta estar atrelada à definição de insumos ou matérias primas, isso porque não houve a passagem pelo processo de industrialização, o que facilita a padronização dentre os diversos mercados onde as *commodities* são negociadas. Segundo Pereira (2009), quando um produto sofre transformação na indústria, ganha características particulares que o distinguem, dificultando a padronização e a negociação em larga escala.

Na Bolsa de Valores, as *commodities* podem ser negociadas em diferentes tipos de mercado: no mercado à vista, que envolve entrega física imediata da mercadoria, ou ser negociada como referência nos mercados derivativos. Por sua vez, dependendo do tipo de contrato, os derivativos podem ser classificados como: Contratos de futuros ou a termo; contratos de opções; e swaps. Copeland (1988, p. 309) expõe os seguintes fatores que, possivelmente, contribuíram para a existência dos mercados futuros e de derivativos: a ampla oferta de produtos (“*commodities*”) ou de instrumentos financeiros similares; a variabilidade de preços do ativo-base, capaz de atrair *hedgers* e especuladores.

O mercado de *commodities* tem crescido de forma bastante acentuada, seja em função da atual conjuntura econômica, pela escassez de alimentos ou pelo recente descobrimento da potencialidade de transformação da cana-de-açúcar em matriz energética, que acaba por comprometer a produção de duas grandes *commodities* negociadas no mercado internacional, o açúcar e o etanol, derivados desse ativo biológico. Isto aliado ao desenvolvimento econômico, que faz com que transações dessa natureza se multipliquem a cada dia.

3. Metodologia

Quanto à tipologia, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, com uma abordagem quantitativa. Segundo Gil (2009, p. 50), as pesquisas descritivas são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma ampla descrição de um fenômeno em seu contexto, procurando fornecer respostas aos problemas. O método adotado foi o estudo de caso, que é um estudo de natureza empírica que investiga um determinado fenômeno, dentro de um contexto real de vida. Trata-se, pois, de uma análise aprofundada de um ou mais objetos (casos), para possibilitar o seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 1999).

O estudo partiu inicialmente de uma pesquisa bibliográfica, que delimitou o caminho a ser seguido, fundamentando, posteriormente, os achados da pesquisa. Em seguida, escolheu-se

uma empresa com ações na Bolsa de Valores, visto que este critério facilitava o acesso às informações contábeis desta, para então ser realizada uma análise documental, tomando por base as demonstrações financeiras divulgadas, a fim de comparar as informações de estoque então publicadas com as informações atualizadas em moeda forte.

4. O estudo de caso

Buscou-se aplicar a teoria do custo corrente sobre os saldos de estoque das *commodities* de uma companhia de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBovespa. No intuito de preservar sua identidade, foi-lhe atribuído o pseudônimo “Companhia S.A.”. Esta empresa é uma das maiores produtoras e processadoras de cana-de-açúcar do mundo, atuando, principalmente, nos segmentos de (i) Açúcar e Etanol, (ii) Combustíveis e Lubrificantes, (iii) Rumo (serviços logísticos de transporte, armazenagem e elevação portuária de açúcar).

Como amostra, selecionou-se o estoque de produtos agrícolas na especificidade das *commodities* de álcool e açúcar pela relevância e influência no ciclo operacional e financeiro da empresa. O período analisado foi de 31/03/2010 a 31/03/2011, e para a análise foram considerados índices específicos e gerais de preços (como por exemplo, os indicadores de preços do CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada; e da Fundação Getúlio Vargas – FGV).

Para efeito de comparação, os valores dos estoques foram atualizados de acordo com a variação da capacidade aquisitiva da moeda, baseando-se por sua vez no Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da FGV.

Já para atribuição dos custos correntes corrigidos das *commodities* considerou-se o valor justo na data de 31/03/2010 e 31/03/2011. As quantidades físicas do estoque foram apuradas através de informações contidas nas Notas Explicativas e no Relatório da Administração, enquanto que os indicadores de preços específicos foram os divulgados no site do CEPEA. Em seguida, apuraram-se as possíveis “economias” ou “deseconomias” de custo, ou seja, os ganhos ou perdas decorrentes da manutenção dos estoques que serão determinados pela diferença entre o valor pago – à época que foram adquiridos e ajustados a valor presente na data do balanço – e o atual valor de mercado.

Em 2008, Sabadin, Gallon e Grunow efetuaram uma pesquisa sobre a teoria do custo corrente aplicando-a nos estoques de *commodities* de uma determinada cooperativa agropecuária. O tratamento metodológico adotado pelos citados autores foi reaplicado no presente estudo, conforme as informações que se seguem:

a) os saldos (físico e financeiro) das *commodities* foram coletados nas notas explicativas das demonstrações contábeis, divulgadas no site da BM&FBovespa, no exercício findo em 31/03/2010, pela empresa analisada;

b) como critério de simplificação para a determinação do custo histórico, adotou-se o valor dos estoques em 31/03/2010, em virtude da impossibilidade de consulta aos documentos contábeis originais da empresa para a verificação do valor pelo qual as *commodities* teriam sido adquiridas ou produzidas em cada data passada;

c) o valor dos estoques a custo histórico foi avaliado pela média ponderada conforme evidenciação em notas explicativas;

d) como o estudo tem o objetivo de apurar as economias ou deseconomias de custo sob a ótica da teoria do custo corrente corrigido, independente da sua realização ou da apuração do lucro bruto corrente, foram considerados apenas os saldos finais dos estoques dos exercícios analisados, em virtude da indisponibilidade de acesso aos dados da empresa.

e) os indicadores específicos foram coletados no site da CEPEA, de acordo com as *commodities* avaliadas;

f) o IGP-DI da FGV, de março de 2010, será utilizado como indicador de variações gerais de preços para a correção do custo histórico e corrente;

g) o cálculo da determinação do coeficiente a ser utilizado para a atualização em moeda de poder aquisitivo constante do custo histórico e do custo corrente dar-se-á pela divisão entre os índices gerais de preços das datas desejadas, exemplo: 31/03/2011 e 31/03/2010. Neste contexto, será considerado como numerador o índice da data final do período em estudo, enquanto que, para o denominador, será utilizado o índice da data inicial;

h) o período em análise, de 31/03/2010 a 31/03/2011, é meramente fortuito ao estudo e não tem o intento de determinar qual é o prazo devido para a execução das análises.

Com base nas informações descritas, seguem, portanto, a interpretação e análise dos dados.

5. Análise dos dados

Fundamentada nos dados coletados dos indicadores específicos e do indicador geral de preço, os quais compuseram a pesquisa, a análise foi feita sob a perspectiva da teoria de custo corrente corrigido, dentre outros métodos de avaliação de estoque, no período de 31/03/2010 a 31/03/2011.

As quantidades, em toneladas de açúcar (ton.) e metros cúbicos de etanol (m³), bem como, os valores financeiros em milhões de reais (R\$) dos estoques de *commodities*, em

Tabela 1 – Estoque em 31/03/2010 e 31/03/2011, segundo custo histórico

CONSOLIDADO				
2010			2011	
Produtos acabados:	R\$ (Mil)	Estoque Físico	R\$ (Mil)	Estoque Físico
AÇÚCAR (ton.)	93.610	136	77.763	98
ETANOL (m ³)	97.791	119	42.840	50
TOTAL	191.401	255	120.603	148

Fonte: elaboração dos autores.

Os valores dos estoques físicos foram obtidos através do cruzamento de informações contidas nas Notas Explicativas e no Relatório da Administração, sendo necessária a conversão das unidades de medida desses estoques para a mesma unidade.

A seguir, apresentar-se-á um comparativo entre os métodos, custo histórico, custo histórico corrigido, custo corrente e custo corrente corrigido para a avaliação individual das *commodities* de açúcar e etanol, juntamente com a apuração de “economia” ou “deseconomia” de custo, ocorridas no período. Os índices que foram utilizados constam na Tabela 2.

Tabela 2 – Índices gerais de preço

Índice Geral de Preços – IGP-DI (Fundação Getúlio Vargas – FGV)	
MÊS / ANO	ÍNDICE ACUMULADO NO MÊS
Março/2011	1.201,7857
Março/2010	1.081,6418

Fonte: FGV (2011).

Para o cálculo do custo corrente corrigido foram utilizados os indicadores de preços do CEPEA, conforme apresentado na Tabela 3. Especificamente para a *commodity* etanol, a informação é fornecida semanalmente, por esse motivo, foram adotadas como referências as datas de 01/04/2010 e 01/04/2011, por serem consideradas mais próximas do fechamento das demonstrações contábeis analisadas.

Os valores divulgados pelo setor referem-se a preços de vendas, ou seja, o quanto o mercado está pagando pelo produto naquele determinado momento, os quais serviram de base para o cálculo do custo corrente e do custo corrente corrigido, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Indicadores de Preços

Indicador de Preço CEPEA/ESALQ – São Paulo		
Mês / Ano	AÇÚCAR CRISTAL - À vista R\$ / 50 Kg	ETANOL ANIDRO - À vista R\$ / Litro
31/03/2010	67,10	-
01/04/2010	-	0,8852
31/03/2011	67,68	-
01/04/2011	-	1,9974

Fonte: CEPEA (2011).

No entanto, para serem utilizados como custo de reposição, faz-se necessário algum ajuste, para que estes representem, de fato, um valor de custo, ou seja, livre da margem de lucro utilizada pela empresa. Desse modo, em virtude da ausência de informações sobre os saldos que compõem os estoques, foram utilizados os dados de receita líquida e custos das mercadorias vendidas, valores ponderados pelo percentual de participação de cada produto sobre a receita, para apurar a margem de lucro. O percentual obtido, ora considerado como margem de lucro praticada pela empresa, foi expurgado dos preços praticados no mercado (Tabela 3), resultando em valores sugeridos de estoques a preço de reposição, denominado “custo corrente”, que *a posteriori* será utilizado para cálculo do custo corrente corrigido. Esses valores sugeridos estão dispostos na Tabela 4.

Tabela 4 – Indicadores de Preços Ajustados

Indicador de Preço Ajustado		
Mês / Ano	AÇÚCAR CRISTAL - À vista R\$ / 50 Kg	ETANOL ANIDRO - À vista R\$ / Litro
31/03/2010	54,25	-
01/04/2010	-	0,7157
31/03/2011	48,23	-
01/04/2011	-	1,4234

Fonte: elaboração dos autores.

5.1. *Commodity* Açúcar

Na conjuntura econômica em que se encontrava a “Companhia S.A.”, podem-se destacar aspectos importantes relacionados à moagem da cana-de-açúcar no Centro-Sul (CS) do Brasil, que atingiu 556,8 milhões de toneladas, na safra 2010/2011, a um valor 2,75% maior que a safra anterior, conforme dados da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA).

No tocante à empresa analisada, utilizando-se dos dados de estoque apresentados na Tabela 1, foram aplicados os indicadores de preços ajustados, baseados nos indicadores de preços vigentes (CEPEA/ESALQ), e os índices gerais de preço (IGP-DI/FGV), que resultaram nos valores de custo histórico corrigido, custo corrente e custo corrente corrigido, conforme Tabela 5.

Tabela 5 – Apuração dos custos da *commodity* conforme os métodos de avaliação de ativo

AÇÚCAR		
Método	R\$ (Mil) 2010	R\$ (Mil) 2011
Custo Histórico	93.610	77.763
Custo Histórico Corrigido	104.008	77.763
Custo Corrente	147.406	94.475
Custo Corrente Corrigido	163.779	94.475
Economia/(Deseconomia)	59.772	16.712

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados apurados evidenciam um custo histórico corrigido de R\$ 104.008, o qual foi obtido pela multiplicação do valor do custo histórico (R\$ 93.610) pelo quociente dos indicadores IGP-DI, de março de 2011 e março de 2010, conforme Tabela 2. Enquanto que o valor do custo corrente (R\$ 147.406) foi resultado do valor do estoque físico multiplicado pelo indicador de preço ajustado para a data de 31/03/2010, de acordo com a Tabela 4.

Para apuração do valor do custo corrente corrigido do estoque (R\$ 163.779) multiplicou-se o valor do custo corrente pelo IGP-DI de março de 2011. Dessa forma, os valores do estoque podem ser comparados (*vide* Figura 1), pois estão em moeda de igual poder aquisitivo.

Para o trimestre de 2011, o valor do custo histórico (R\$ 77.763) corresponde ao valor justo na data de 31/03/2011, conforme Nota Explicativa da empresa. Já o custo histórico corrigido permaneceu o mesmo, visto que o quociente do indicador IGP-DI para 31/03/2011 foi igual a 1; e a falta de informação quanto a prazos de fornecedores e taxas de descontos utilizadas não permitiram expurgar eventuais juros embutidos.

O custo corrente de R\$ 94.475 foi resultado do valor do estoque físico apresentado em 31/03/2011, multiplicado pelo indicador de preço ajustado na data de 31/03/2011 (Tabela 4). Enquanto que a estimativa para o custo corrente corrigido do estoque (R\$ 94.475) manteve-se igual ao custo corrente, por estar em moeda da data do balanço. Esta variação está apresentada na Figura 1.

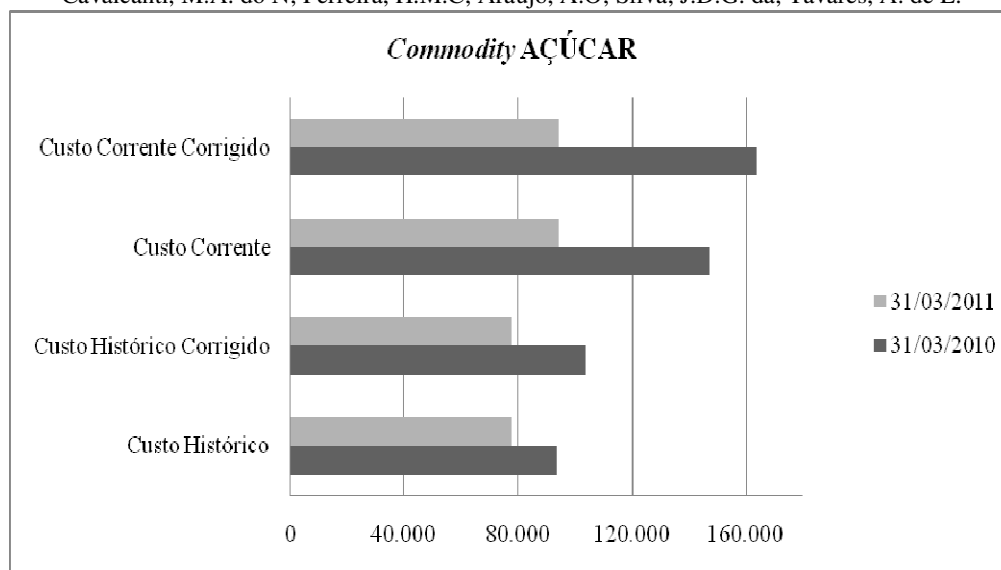


Figura 1 – Variação no custo da commodity açúcar conforme método de avaliação

Fonte: elaboração dos autores.

Para a análise sob a ótica da “economia” ou “deseconomia”, comparou-se o valor do estoque avaliado pelo custo corrente corrigido com o valor em moeda de poder aquisitivo constante. O resultado encontrado, positivo, representou uma economia de R\$ 59.772, no ano de 2010; e de R\$ 16.712, em 2011. No entanto, esses valores não foram a resultado, ou seja, não foram realizados, portanto, a sua representação significa uma expectativa de ganho futuro, o qual será realizado quando da venda do estoque. Assim, a partir da determinação do valor dos estoques a valor de reposição, foi possível determinar se a empresa obteve um ganho ou uma perda por manter o estoque.

Para Schmidt, Santos e Fernandes (2005, p. 68), tal procedimento traduz o quanto a empresa ganhou ou perdeu na aquisição de seu estoque, na comparação entre o valor pago e o atual valor de mercado (o quanto a empresa pagaria pelos estoques na data do balanço patrimonial). O resultado obtido indicará se o gerenciamento dos estoques foi apropriado, visto que há oscilações no poder de compra da moeda.

Ao analisar os ganhos obtidos nos dois exercícios, verifica-se que a variação ocorrida em 2010, entre o custo histórico corrigido e o custo corrente corrigido, foi próxima de 60%; enquanto que, em 2011, essa variação alcançou pouco mais de 20%. Tal discrepância pode ser justificada pelo fato de haver um acúmulo inflacionário nesse período (*vide* Tabela 2), além da diferença ocasionada pela variação no preço do produto – que já traz embutida a inflação do período. Por sua vez, as demonstrações de 2011, por estarem em moeda da data do balanço, não trazem consigo essa desvalorização, sendo a diferença apresentada, neste estudo, causada apenas pela diferença de preço do produto.

5.2. Commodity Etanol

A UNICA (2011) divulgou que a produção nacional do etanol atingiu a marca dos 25,4 bilhões de litros, na safra 2010/2011, um valor 7,1% maior que a safra anterior, sendo que 18,0 bilhões de litros correspondiam a etanol hidratado e 7,4 bilhões de litros eram de etanol anidro. Isto se deu em razão dos altos preços cotados no mercado internacional, que impulsionaram o *mix* de produção, tanto do açúcar como do etanol, sendo estimada uma produção de 34,6 milhões de toneladas de açúcar e 25,51 bilhões de litros de etanol, com maior participação do etanol anidro neste total.

A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da USP, através do seu Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), elencou algumas razões que explicariam o balanço de oferta e demanda deste ano, refletido nos níveis elevados de preço do etanol no mercado doméstico. Dentre esses motivos têm-se:

- a quebra da safra no Brasil;
- a maximização da produção de açúcar; e
- o aumento de 6% na frota de veículos leves.

Deste modo, é importante o conhecimento da conjuntura aqui apresentada, pois ela ajudará na interpretação e compreensão dos resultados referentes à *commodity* etanol, no contexto da empresa (objeto de pesquisa).

A Tabela 6 evidencia os valores em quatro bases de mensuração, destacando-se os ganhos e perdas com a aquisição de tal estoque na comparação entre o valor pago e o atual valor de mercado. O resultado obtido indicará se o gerenciamento dos estoques foi apropriado ou não, visto que há oscilações no poder de compra da moeda.

Tabela 6 – Apuração dos custos da *commodity* conforme os métodos de avaliação de ativo

ETANOL		
Método	R\$ (Mil) 2010	R\$ (Mil) 2011
Custo Histórico	97.791	42.840
Custo Histórico Corrigido	108.653	42.840
Custo Corrente	84.932	70.579
Custo Corrente Corrigido	94.366	70.579
Economia/(Deseconomia)	(14.287)	27.739

Fonte: dados da pesquisa.

A sistemática para o cálculo destes valores foi a mesma utilizada na avaliação da *commodity* açúcar, analisada anteriormente. Dessa forma, o custo histórico apresentado em 31/03/2010 da *commodity* etanol foi de R\$ 97.791, para um custo histórico corrigido de R\$ 108.653. Já os valores para o custo corrente, de acordo com os indicadores da Tabela 4, para essa data, foram de R\$ 84.932; enquanto que o custo corrente corrigido calculado totalizou R\$ 94.366. Por sua vez, em 31/03/2011, os valores correspondem respectivamente a: R\$ 42.840; R\$ 42.840; R\$ 70.579 e R\$ 70.579. A variação apurada no custo da *commodity* etanol está apresentada na Figura 2 a seguir.

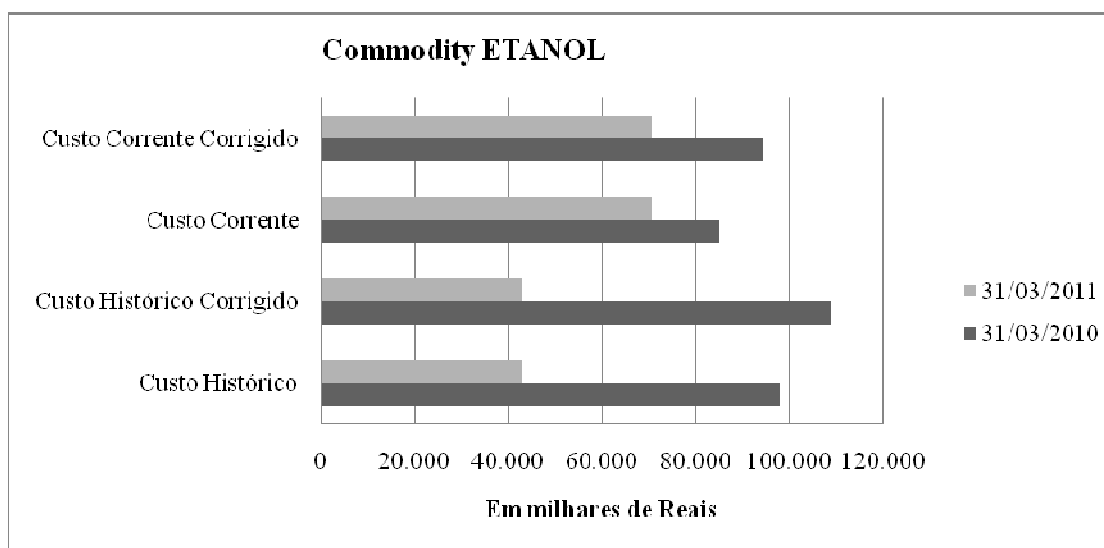


Figura 2 – Variação no custo da *commodity* etanol conforme o método de avaliação

Fonte: elaboração dos autores.

Para verificação da “economia” ou “deseconomia” nos estoques, comparou-se o valor do estoque pelo custo corrente corrigido com o valor em moeda de poder aquisitivo constante (custo histórico corrigido). O resultado, negativo, encontrado no primeiro ano, representou uma deseconomia de R\$ 14.287, diferentemente do segundo ano, em que se apurou uma economia de R\$ 27.739.

Entretanto, é importante ressaltar que esses valores não foram a resultado e, portanto, não se realizaram. No caso da “deseconomia” (R\$ 14.287), esta representa uma expectativa de perdas que deverá ocorrer quando da venda dos estoques, indicando que a empresa pagou mais pelo estoque na data de aquisição, em moeda da data do balanço patrimonial, do que ela pagaria para comprar esses mesmos estoques, no dia 31/03/2011. Trata-se de uma expectativa de perda futura, que se realizará em parte ou totalmente, no momento da venda do estoque. Em outras palavras, constata-se que a “Companhia S.A.” não gerenciou seus ativos – *commodity* etanol –

Efeito inflacionário nos estoques de *commodities*: análise a partir da Teoria do Custo Corrente Corrigido 123
Cavalcanti, M.A. do N; Ferreira, H.M.C; Araujo, A.O; Silva, J.D.G. da; Tavares, A. de L.
de modo apropriado e de maneira tal que pudesse, pelo menos, compensar as oscilações no poder de compra da moeda em 2010.

Essa “deseconomia” gerada em 2010 pode ser justificada pela alta variação ocorrida no preço da *commodity*, que consumiu o ganho gerado com a inflação do período, conforme pode ser visualizado nas Tabelas 3 e 4. Por sua vez, a alta no preço da *commodity* (próxima a 100%) ocorreu, dentre outros fatores, devido à quebra da safra no Brasil, aliada ao aumento do consumo interno, que resultaram em aumento dos custos de produção.

6. Considerações finais

A situação do país em relação aos altos índices inflacionários obrigou as empresas, por muito tempo, a divulgarem suas demonstrações contábeis, levando em consideração as perdas do poder aquisitivo da moeda. Essa prática permitia que estas organizações evidenciassem os seus valores de maneira mais próxima da realidade. Hoje, as empresas não estão legalmente obrigadas, entretanto, o uso da correção monetária nas demonstrações contábeis ainda causa impactos em seus resultados.

Com o fim de analisar as variações ocorridas nos estoques de *commodities* de uma companhia brasileira, esta pesquisa utilizou-se da teoria do custo corrente corrigido, buscando assim apresentar os efeitos inflacionários decorrentes da atualização monetária desse grupo do balanço patrimonial.

Os resultados da pesquisa evidenciaram as diferenças entre os valores dos estoques apurados pelo custo histórico, que são os apresentados nas demonstrações contábeis, e os valores obtidos por meio dos métodos: custo histórico corrigido, custo corrente e custo corrente corrigido.

Após a análise, verificou-se que a companhia obteve “economias” no custo de seus estoques de açúcar (nos dois anos analisados) e de etanol (somente no ano de 2011), tendo apurado uma “deseconomia” no exercício de 2010. Esta situação (deseconomia) sugere a necessidade de uma melhoria nos controles e gerenciamento dos estoques, para que a companhia possa repor a capacidade de geração de benefícios futuros do ativo analisado.

Não obstante a atual estabilidade econômica, esse trabalho, assim como outros já realizados, comprova haver variação entre os valores divulgados pela contabilidade, a custo histórico, e aqueles submetidos às flutuações específicas de preço e aos efeitos da variação de preço dos ativos do período.

Apesar de haver estudos que indiquem que a prática da correção de balanços é irrelevante para o mercado, este estudo demonstra que, pelo menos para fins gerenciais, a prática do ajuste das demonstrações contábeis pode trazer informações adicionais ao gestor da organização.

Embora as conclusões de uma pesquisa caracterizada como “estudo de caso” não possam ser generalizadas, entende-se que, o ganho informacional gerado pela atualização nos custos de estoque, conforme demonstrado na empresa analisada, tende a enriquecer as informações disponíveis, tornando-as relevantes ao processo decisório. Dentre as limitações do trabalho, salienta-se ainda a falta de detalhamento das informações divulgadas, sobretudo quanto aos valores que compuseram os saldos de estoque, os prazos e taxas de juros embutidos ou utilizados pela empresa.

7. Referências

ANDRADE, J. M. R.; SEGANTINI, G. T.; SILVA, J. D. G. Análise dos perfis dos artigos com estrato qualis CAPES sobre teoria dos ajustamentos contábeis do lucro. *Enfoque: Reflexão Contábil*, Maringá, v. 30, n. 3, p. 33-43, set./dez. 2011.

BM&FBOVESPA. Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2011.

BRASIL. *Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 28 jul. 2011.

_____. *Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994*. Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8880.htm>. Acesso em: 28 jul. 2011.

_____. *Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995*. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9249.htm>. Acesso em: 28 jul. 2011.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). Disponível em: <www.cepea.esalq.usp.br/cepea/>. Acesso em: 25 de jul. 2011.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Instrução Normativa CVM n.º 64, de 19 de maio de 1987*. Dispõe sobre os procedimentos para elaboração e publicação de Demonstrações Contábeis Complementares, em moeda de capacidade aquisitiva constante, para pleno atendimento ao Princípio do Denominador Comum Monetário. Disponível em: <www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/Atos/Atos/inst/inst064.doc>. Acesso em: 25 jul. 2011.

_____. *Instrução Normativa CVM n.º 248, de 29 de março de 1996*. Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações financeiras e informações trimestrais adaptadas às disposições contidas nos artigos 4º e 5º, da Lei nº 9.249/95. Disponível em: <www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/Atos/Atos/inst/inst248.doc>. Acesso em: 25 jul. 2011.

_____. *Parecer de Orientação CVM n.º 29, de 11 de abril de 1996*. Orienta as companhias abertas, fundos de investimentos imobiliários e demais entidades reguladas pela CVM quanto à elaboração e à divulgação voluntária de demonstrações financeiras e informações periódicas em moeda de capacidade aquisitiva constante. Disponível em: <www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/Atos/Atos/pare/pare029.doc>. Acesso em: 25 jul. 2011.

_____. *Instrução Normativa CVM n.º 191, de 15 de julho de 1992*. Altera e consolida as instruções CVM nº 64, de 19/05/87, nº 138, de 16/01/91, e nº 146, de 13/06/91, institui a unidade monetária contábil, dispõe sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante, para o pleno atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, e dá outras providências. Disponível em: <www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/Atos/Atos/inst/inst191.doc>. Acesso em: 25 jul. 2011.

_____. *Deliberação CVM n.º 675, de 13 de dezembro de 2011*. Aprova o Pronunciamento Conceitual Básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/Atos/Atos/deli/deli675.doc>. Acesso em: 25 jul. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). *Pronunciamento Conceitual Básico (R1). Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. 2011. Disponível em: <www.cpc.org.br/pdf/cpc00_r1.pdf> Acesso em: 30 jun. 2012.

Efeito inflacionário nos estoques de *commodities*: análise a partir da Teoria do Custo Corrente Corrigido 126
Cavalcanti, M.A. do N; Ferreira, H.M.C; Araujo, A.O; Silva, J.D.G. da; Tavares, A. de L.
COPELAND, T. E.; WESTON, J. F. *Financial theory and corporate policy*. 3. ed. New York:
Addison Wesley, 1988.

COSTA, G. P. C. L.; SALES, I. C. H.; MIRANDA, R. F. A.; SILVA, J. D. G. Análise das demonstrações contábeis de uma empresa do setor de construção civil sob o enfoque do custo corrente corrigido: um foco no suporte à tomada de decisão. *Qualit@s Revista Eletrônica*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1-14, 2012.

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ (ESALQ). Disponível em:
<www.esalq.usp.br/>. Acesso em: 30 jul. 2011.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. Disponível em: <www.fasb.org>.
Acesso em: 12 mai. 2011.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Disponível em
<<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?LumChannelId=402880811D8E34B9011D92B6B6420E9>>.
Acesso em: 10 jul. 2011.

GEMAN, H. *Commodities and commodity derivatives: modeling and pricing for agriculturals, metals and energy*. Chichester (UK): John Wiley & Sons, 2005.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. *Estudo de caso*. São Paulo: Atlas, 2009.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD. Disponível em: <www.ifrs.org>.
Acesso em: 12 mai. 2011.

IUDÍCIBUS, S. *et al. Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC*. FIECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (coord.). 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KLANN, R. C.; SOUZA, J. C.; BEUREN, I. M. O impacto do não reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis na distribuição de dividendos. *REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 1, n. 1, art. 5, p. 59-78, jan/abr. 2007.

MARTINS, E. *Contribuição à avaliação do ativo intangível*. 1972. 109 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

_____. *Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica*. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, O.; DANTAS, R. F.; VASCONCELOS, A. F. O custo inflacionário na análise das demonstrações contábeis: um estudo de caso no período 2005-2006. *Revista InGEPRO*, v. 1, n. 3, p. 12-23, mai. 2009.

MENDES, P. C. M. *Preços setoriais x índice de preço por atacado: possíveis implicações da correção monetária nas demonstrações financeiras no período de 1995 a 2001*. 2003. 132 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2003. Disponível em: <www.cca.unb.br/images/dissert_mest/mest_dissert_012.pdf>. Acesso em: 27 de jul. 2011.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. *Teoria da contabilidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, A. T.; MARQUES, J. A. V. V.; CANAN, I. 11 anos sem correção! Uma análise dos efeitos da correção monetária não reconhecida nas demonstrações contábeis do serviço social da indústria – SESI de 1996 a 2006. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 1-13, set./dez. 2007.

PEREIRA, L. M. *Modelo de formação de preços de commodities agrícolas aplicado ao mercado de açúcar e álcool*. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo,

Efeito inflacionário nos estoques de *commodities*: análise a partir da Teoria do Custo Corrente Corrigido 128
Cavalcanti, M.A. do N; Ferreira, H.M.C; Araujo, A.O; Silva, J.D.G. da; Tavares, A. de L.
2009. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-04062009-155921/pt-br.php>.
Acesso em: 25 jul. 2011.

REZENDE, A. J.; GUERREIRO, R.; DALMÁCIO, F. Z. Uma análise do processo de desinstitucionalização de práticas contábeis de correção monetária em empresas brasileiras. *Revista Contabilidade e Finanças – USP*, São Paulo, v. 23, n. 58, p. 33-51, fev./mar./abr. 2012.

SABADIN, A. L.; GALLON, A. V.; GRUNOW, A. Estoques de *Commodities*: análise do valor sob a ótica da teoria do custo corrente. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 10, n. 1, p. 58-72, 2008.

SALOTTI, B. M. *et al.* Um estudo empírico sobre o fim da correção monetária integral e seu impacto na análise das demonstrações contábeis: uma análise setorial. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v. 9, n. 2, jul./dez. 2006.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; FERNANDES, L. A. *Manual de conversão das demonstrações contábeis*. São Paulo: Atlas, 2005.

TAKAMATSU, R. T.; LAMOUNIER, W. M. A importância da atualização monetária de valores para a análise das demonstrações financeiras. *Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 67-87, abr./jun. 2006.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR (UNICA). Disponível em: <www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica/>. Acesso em: 27 jul. 2011.